

ANEXO V – FORMULÁRIO INDICADORES DE IMPACTOS

Autor: Cássio Aparecido Borges Fernandes

Orientador: Renato Silvério Campos

Programa de Pós-Graduação em: Administração

Título: Endividamento Público dos Municípios do Estado de Minas Gerais: Uma Análise Sob a Ótica dos Determinantes e dos Indicadores Financeiros

Tipos de Impactos:

sociais tecnológicos econômicos culturais outros: _____

Áreas Temáticas da Extensão:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> 1. Comunicação | <input type="checkbox"/> 5. Meio ambiente |
| <input type="checkbox"/> 2. Cultura | <input type="checkbox"/> 6. Saúde |
| <input checked="" type="checkbox"/> 3. Direitos humanos e justiça | <input type="checkbox"/> 7. Tecnologia e produção |
| <input type="checkbox"/> 4. Educação | <input checked="" type="checkbox"/> 8. Trabalho |

Objetivos de Desenvolvimento sustentável (ODS) da ONU impactados

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> 1. Erradicação da pobreza | <input checked="" type="checkbox"/> 10. Redução das desigualdades |
| <input checked="" type="checkbox"/> 2. Fome zero e agricultura sustentável | <input checked="" type="checkbox"/> 11. Cidades e comunidades sustentáveis |
| <input checked="" type="checkbox"/> 3. Saúde e Bem-estar | <input type="checkbox"/> 12. Consumo e produção responsáveis |
| <input checked="" type="checkbox"/> 4. Educação de qualidade | <input type="checkbox"/> 13. Ação contra a mudança global do clima |
| <input checked="" type="checkbox"/> 5. Igualdade de Gênero | <input type="checkbox"/> 14. Vida na água |
| <input checked="" type="checkbox"/> 6. Água potável e Saneamento | <input type="checkbox"/> 15. Vida terrestre |
| <input type="checkbox"/> 7. Energia Acessível e Limpa | <input type="checkbox"/> 16. Paz, justiça e instituições eficazes |
| <input checked="" type="checkbox"/> 8. Trabalho decente e crescimento econômico | <input checked="" type="checkbox"/> 17. Parcerias e meios de implementação |
| <input type="checkbox"/> 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura | |

Impactos sociais, tecnológicos, econômicos e culturais

A pesquisa se encaixa nas categorias 3 e 8 (Direitos Humanos e Justiça, e Trabalho) das áreas temáticas da Política Nacional de Extensão e está alinhada aos ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11 e 17. O estudo objetivou analisar o endividamento público dos municípios mineiros e seus determinantes, utilizando as regiões intermediárias como referência, no período de 2015 a 2022. Isso está diretamente ligado à capacidade dos municípios de financiar e criar políticas públicas para atender aos objetivos dos ODS. Os resultados das análises demonstraram que muitos municípios comprometem boa parte de suas receitas com dívidas, o que pode impactar negativamente várias áreas dos ODS. Esse comprometimento pode limitar recursos para programas sociais e infraestrutura, prejudicando a redução da pobreza (ODS 1). Um alto nível de endividamento pode limitar os recursos disponíveis para programas sociais e investimentos em infraestrutura, dificultando a redução da pobreza. Na busca pela fome zero e agricultura

sustentável (ODS 2), a falta de recursos devido ao endividamento pode prejudicar o apoio à agricultura local e à segurança alimentar. Em termos de saúde e bem-estar (ODS 3), dívidas elevadas podem restringir o orçamento destinado a serviços de saúde pública, afetando negativamente sua qualidade e acessibilidade. Quanto à educação de qualidade (ODS 4), os recursos limitados podem afetar os investimentos em infraestrutura educacional e programas de formação. Na promoção da igualdade de gênero (ODS 5), programas podem sofrer cortes orçamentários. No que se refere à água potável e saneamento (ODS 6), os investimentos em infraestrutura podem ser adiados ou reduzidos. No âmbito do trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), altos níveis de dívida podem inibir investimentos em projetos de desenvolvimento e criação de empregos. Em relação à redução das desigualdades (ODS 10), a falta de recursos pode aumentar as desigualdades sociais, especialmente com cortes em programas sociais. Nas cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), o endividamento excessivo pode limitar investimentos em infraestrutura urbana sustentável e habitação acessível. Por fim, na formação de parcerias e meios de implementação (ODS 17), a capacidade dos municípios de estabelecer parcerias internacionais pode ser comprometida por uma má gestão da dívida. Dessa forma, o estudo sobre o endividamento público dos municípios é essencial para que a sociedade compreenda a saúde financeira dessas localidades. Além de avaliar a capacidade dos municípios de contrair novos empréstimos e quitar suas obrigações e analisar a eficiência na gestão dos recursos. Uma boa administração desses recursos promove políticas públicas que beneficiam toda a população, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida.

Social, technological, economic and cultural impacts

The research fits into categories 3 and 8 (Human Rights and Justice, and Labor) of the thematic areas of the National Extension Policy and is aligned with SDGs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11 and 17. The study aimed to analyze the public debt of municipalities in Minas Gerais and its determinants, using intermediate regions as a reference, from 2015 to 2022. This is directly linked to the capacity of municipalities to finance and create public policies to meet the objectives of the SDGs. The results of the analyzes demonstrated that many municipalities commit a large part of their revenue to debt, which can negatively impact several areas of the SDGs. This commitment can limit resources for social programs and infrastructure, harming poverty reduction (SDG 1). A high level of debt can limit the resources available for social programs and infrastructure investments, making it difficult to reduce poverty. In the pursuit of zero hunger and sustainable agriculture (SDG 2), lack of resources due to debt can undermine support for local agriculture and food security. In terms of health and well-being (SDG 3), high debts can restrict the budget allocated to public health services, negatively affecting their quality and accessibility. Regarding quality education (SDG 4), limited resources can affect investments in educational infrastructure and training programs. In promoting gender equality (SDG 5), programs may suffer budget cuts. Regarding drinking water and sanitation (SDG 6), investments in infrastructure may be postponed or reduced. In the context of decent work and economic growth (SDG 8), high levels of debt can inhibit investments in development projects and job creation. In relation to reducing inequalities (SDG 10), the lack of resources can increase social inequalities, especially with cuts in social programs. In

sustainable cities and communities (SDG 11), excessive debt can limit investments in sustainable urban infrastructure and affordable housing. Finally, in the formation of partnerships and means of implementation (SDG 17), the ability of municipalities to establish international partnerships can be compromised by poor debt management. Therefore, the study of the public debt of municipalities is essential for society to understand the financial health of these locations. In addition to evaluating the capacity of municipalities to take out new loans and pay off their obligations and analyze efficiency in resource management. Good management of these resources promotes public policies that benefit the entire population, contributing to sustainable development and improving quality of life.

Assinatura do autor

Assinatura do orientador